



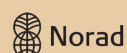
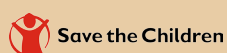
MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO
PARA TODOS

Manual de Apoio aos Professores

em Exercício em Matérias de Deficiência e Necessidades
Educativas Especiais



Apoio:



FICHA TÉCNICA

Título: Manual de Apoio aos Professores em Exercício em Matérias de Deficiência e Necessidades Educativas Especiais

Autor: Movimento de Educação para Todos

Editor: Movimento de Educação para Todos

Local: Maputo - Moçambique

Ano: 2022

INDICE

PARTE I:

INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	06
Educação inclusiva	07
Deficiência	07
Necessidades especiais	08
Necessidades Educativas Especiais	08
Educação Especial	08

PARTE II:

CLASSIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	10
Classificação das Necessidades Educativas Especiais	11
Base legal	12
A nível internacional	12
A nível Nacional	14
Constituição da República	15
Estratégia de Educação Inclusiva e Desenvolvimento da Criança com Deficiência (EEIDCD)	17

PARTE III:

PROCEDIMENTO DIDÁTICO E METODOLÓGICO NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	19
Dimensão escolar	20
Dimensão familiar	20
Conhecimento da criança e seu ambiente	20
Tipos de Necessidades Especiais (Deficiência)	23
Físico - motoras	23
Deficiências físico - motoras e suas implicações pedagógicas.....	24
Implicações pedagógicas da Deficiência Físico - Motora	24
Deficiências perceptivas de tipo auditivas	25
Sinais de alerta face ao aluno com deficiência auditiva na sala de aulas..	26
Deficiência auditiva pode afastar o aluno da educação	28
Atitudes do(a) professor(a) na inclusão escolar de aluno(a) com deficiência auditiva	28
Atitudes inclusivas entre os alunos	29
Deficiências perceptivas de tipo Visual	31
Sinais de alerta da deficiência visual	31
A deficiência perceptiva visual pode afastar o aluno da educação	31
Importância da família e da sociedade na educação de aluno com deficiência visual	32
Atitudes do(a) professor(a) na inclusão escolar de aluno(a) com deficiência visual	32

Síndrome de Down pode excluir o aluno da educação	34
Sinais de alerta em alunos com Síndrome de Down	35
Importância da família e da sociedade na educação de aluno com Síndrome de Down	35
Atitudes do(a) professor(a) na inclusão escolar de aluno(a) com Síndrome de Down	35
Autismo	37
Sinais de alerta	38
A importância da família na inclusão de crianças autistas	38
Autismo como pode excluir o aluno da educação	39
Atitudes do(a) professor(a) na inclusão escolar de aluno(a) Autista	39
Transtorno de Deficit de Atenção Associado com ou sem Hiperactividade	41
Sinais de alerta	41
Como TDAH pode afastar o aluno da Educação?	42
Atitudes do(a) professor(a) na inclusão escolar de aluno(a) com TDAH....	42
Modelos de inclusão	43
Referências bibliográficas	45
APÊNDICES	46

INTRODUÇÃO

As questões relacionadas com as diferenças individuais são debatidas a muitos anos e por conta de vários estudos, surgiram ideias como nos remete Diniz que “a concepção de deficiência como variação do normal da espécie humana foi uma criação discursiva do século XVIII e desde essa época ser uma pessoa com deficiência é experimentar um corpo fora de norma”. Mas, a tempos mais remotos, outros autores, investigadores e teóricos compreenderam que cada indivíduo tem as suas características individuais e que as mesmas se diferem dos outros.

Ao compreendermos que cada um de nós tem as suas características, é importante que se respeite as mesmas, e que se dê a oportunidade para que os indivíduos possam desenvolver em todas esferas de suas vidas (pessoal, social, cultural, emocional) não se esquecendo das diferenças existentes entre si.

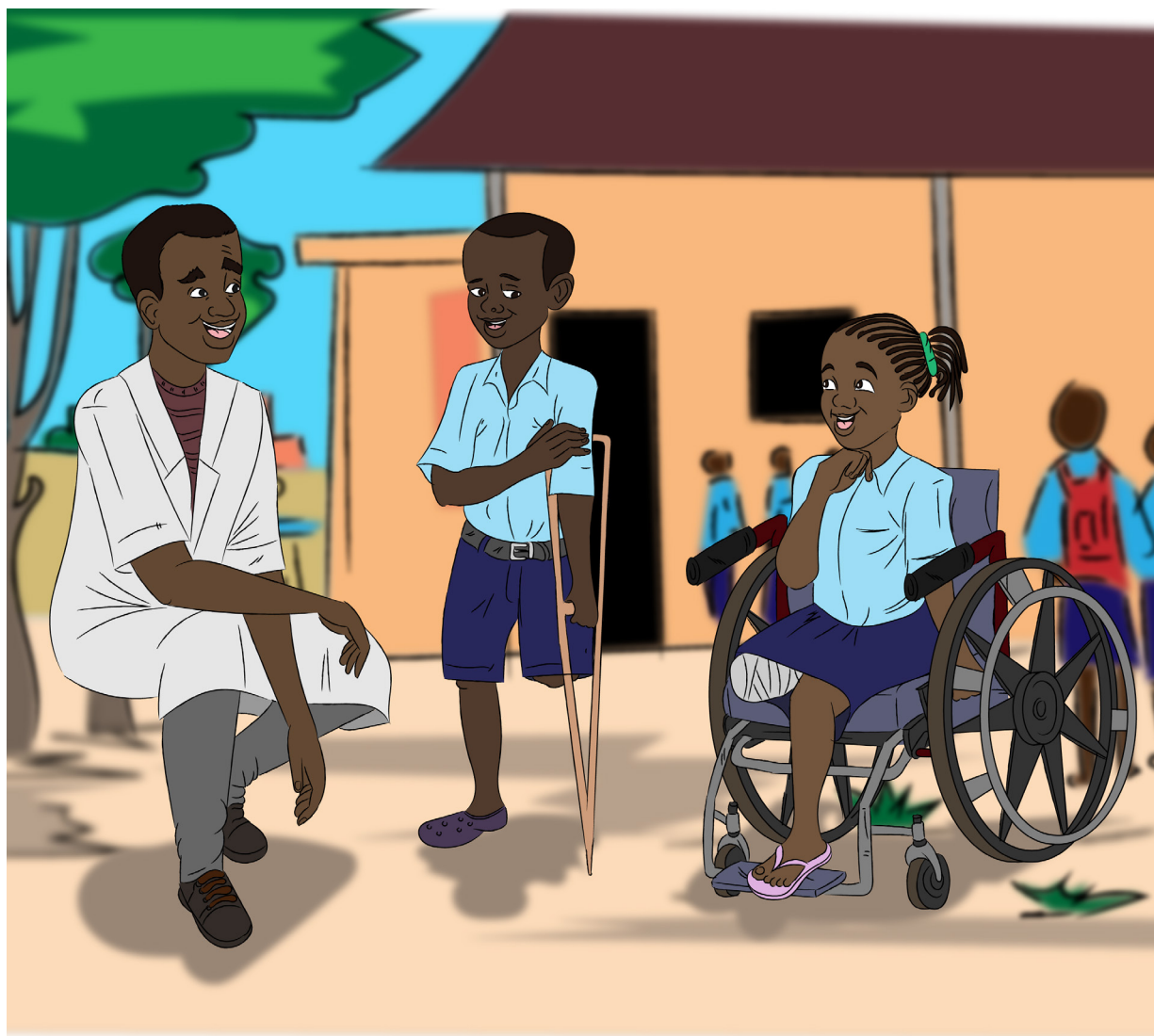
É neste pensar que surge a ideia da escola inclusiva, na qual todas as pessoas devem fazer parte sem olhar para as suas particularidades, mas sim, respeitando-as e ajudando-as a desenvolver autonomia, a socialização, entre outros aspectos do desenvolvimento integral do indivíduo, uma vez que se reconhece a escola como uma organização que promove a socialização e prepara o indivíduo para desenvolver outras habilidades.

Assim sendo, olhamos a escola também como um local em que o ambiente de aprendizagem não deve deixar de lado a nenhuma pessoa. Desta forma, a escola deve estar preparada para receber todas pessoas incluindo as com deficiência e as com necessidades educativas especiais. Nesta perspectiva, não só se prepara a infra-estrutura para receber todos indivíduos, mas também, os professores que vão lidar directamente com alunos como um todo.

Este manual, foi pensado para os professores em exercício, adquirirem mais conhecimento sobre as matérias de deficiência e de necessidades educativas especiais e, dotar os mesmos de estratégias que promovam a inclusão na escola em geral assim como na sala de aulas para que se maximize o processo de ensino - aprendizagem aos alunos com necessidades educativas especiais.

Ao longo do manual, poderemos encontrar os seguintes conceitos chaves: as leis e convenções internacionais, nacionais, a classificação, os tipos e as formas de intervir na escola (sala de aulas) e na família sobre as matérias de deficiência e necessidades educativas especiais.

PARTE I



INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nesta primeira parte, faremos uma breve abordagem sobre os conceitos usados no campo da educação inclusiva, nomeadamente, a educação inclusiva, a deficiência, as necessidades especiais, necessidades educativas especiais e educação especial; pois é importante primeiro a compreensão destes conceitos, para permitir o aprofundamento dos conteúdos que são abordados neste manual.

Educação inclusiva Quando falamos em educação inclusiva, torna-se relevante compreender que sempre foi preocupação das sociedades entender as diferenças individuais para uma convivência saudável. Estas sociedades sempre se preocuparam em estabelecer normas, princípios e regras e como consequência do não cumprimento do que era comum, o indivíduo era isolado, banido ou até tirado a vida.

Educação inclusiva é aquela que inclui a todos independentemente de ser pessoa com deficiência ou não. Isto é, não há separação, encontramos nas mesmas turmas ou salas de aulas aluno com e sem deficiência. Portanto, é um processo em que amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular.

Deficiência Compreende-se que é um termo usado para referir a ausência geral ou parcial de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatómica, ou pode se dizer que é uma limitação temporária ou definitiva, podendo ser física, intelectual ou sensorial, mental que afecta a interacção com as pessoas ou com a sociedade.

Necessidades especiais

As convenções internacionais definem Necessidades Especiais como um conjunto de factores de risco, de ordem intelectual, emocional e física que podem afectar a capacidade de um indivíduo em atingir o seu potencial máximo. E definem também a criança com necessidades especiais, como sendo aquela com uma falta ou uma restrição de capacidades para executar actividades, tarefas, habilidades e comportamentos na forma considerada normal para a maioria dos seres humanos.

Necessidades Educativas Especiais

O conceito de Necessidades Educativas Especiais, surge em consequência das possíveis limitações que as necessidades especiais possam causar na criança dentro da sala de aulas ou face aos conteúdos leccionados dentro da sua normalidade. Este conceito surgiu em 1987 a partir da formulação do relatório Warnock, apresentado pelo Parlamento do Reino Unido, presidido por Mary Warnock.

Necessidades educativas especiais é um conceito relativo que se define em função da necessidade de ajuda que as crianças requerem quando frequentam a escola. Ainda sobre estas necessidades, os autores afirmam que as crianças ao longo da sua escolarização precisam de diversas ajudas pedagógicas não habituais do tipo pessoal, técnico ou material de modo a garantir o alcance dos resultados da educação.

Educação Especial

Educação especial é entendida por vários autores como sendo uma educação segregadora que divide, exclui, separa e discrimina pois permitem a existência de escolas ou turmas de apenas alunos com deficiência (não incluem alunos sem deficiência).

Nota explicativa

É importante compreender que as definições acima nos levam a outras como a de Inclusão, Integração e escola inclusiva. Estes são termos que não podem ser deixados de lado quando tratamos de matérias sobre deficiências e necessidades educativas especiais. Desta forma, fazemos lembrar que quando falamos de Inclusão vários autores encontram consenso e referem que se baseia nas necessidades da criança e centra-se no paradigma do “sistema educativo como problema” e não no paradigma do “aluno como problema”, isto é, na inclusão o sistema educativo reúne todas as condições necessárias para suprir todas as limitações do aluno, enquanto, na Integração é ao contrário, o aluno é visto como o problema e deve ajustar-se ao sistema educativo, isto é, o aluno é quem deve esforçar-se para enquadrar-se ao sistema. É importante sublinhar que, a Educação Inclusiva é aquela que alberga todos indivíduos de todas classes sociais, de raças e etnias, com ou sem limitação quer física, intelectual, mental, sensorial, uma educação que não tem o foco apenas no aluno, ou apenas no problema, é uma educação que se baseia no foco de um por todos e todos por um, ou seja, um sistema integrado onde todos actuam e tem um papel importante para a resolução dos problemas encontrados a todos os níveis.



PARTE II



CLASSIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Nesta segunda parte, pretendemos abordar sobre a classificação das Necessidades Educativas Especiais, as bases legais, os princípios que norteiam a inclusão, os modelos de deficiência e como identificamos as pessoas com deficiência.

Classificação das Necessidades Educativas Especiais

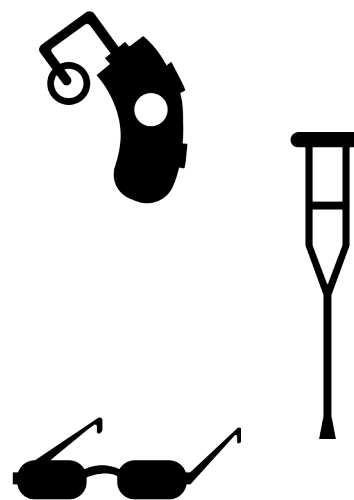
As Necessidades Educativas Especiais classificam-se em dois tipos: Carácter permanente e Carácter temporário.

Carácter permanente

É aquela em que encontramos crianças e adolescentes cujas necessidades foram originadas por problemas orgânicos, funcionais e ainda por défices socioculturais e económicos graves. Inclui-se aqui problemas sensoriais, intelectuais, processos lógicos, físicos, emocionais e quaisquer outros problemas ligados à saúde do indivíduo. Neste carácter, normalmente o currículo necessita de ser adaptado e avaliado de forma sistemática, dinâmica e sequenciado de acordo com o progresso do aluno.

É importante referir que existem tipos específicos de NEE's de carácter permanente que podem estar relacionados com o insucesso escolar, nomeadamente:

- A deficiência mental,
- As dificuldades de aprendizagem,
- As perturbações emocionais,
- Os problemas motores,
- Os problemas de comunicação,
- A deficiência visual,
- A deficiência auditiva,
- A multi - deficiência,
- Os cegos - surdos,
- Os traumatismos cranianos,
- O autismo
- Outros problemas de saúde



Carácter Temporário

É uma deficiência transitória com duração real ou esperada igual ou inferior a seis meses, que, quando em conjunto com certos entraves ou negligência humana, pode impedir que as pessoas em causa voltem a usar plenamente o funcionamento normal do membro em causa.

No âmbito escolar, encontramos este grupo de indivíduos que, poderão apresentar limitações temporárias de funcionamento de um ou mais membros. Estas limitações poderão ter um impacto negativo no processo de aprendizagem do aluno.

BASE LEGAL

Quando falamos de base legal referimo-nos as leis que regulam ou que mostram a pertinência de abordar sobre as necessidades educativas especiais para compreender os princípios que norteiam os fundamentos que são apresentados em volta do debate sobre este tema.

A nível internacional

- **A Declaração universal dos direitos humanos;**
- **Declaração de Jomtien;**
- **Declaração de Salamanca.**

Declaração Universal dos direitos humanos

A declaração universal dos direitos humanos foi proclamada em 10 de Dezembro de 1948 reconhece que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram dos actos bárbaros havidos anteriormente a declaração e que a mesma preconiza que cada nação deve ter em mente a declaração e deve fazer esforço para que a partir do ensino e da educação se promova o respeito, a liberdade, dignidade, fraternidade sem que haja distinção a todos níveis quer social, económico, político, raça, etnia, identidade.

Declaração de Jomtien

A Declaração de Jomtien é resultado do encontro das nações na Tailândia, em Jomtien, a 6 de Março de 1990, que tinha como objectivo, definir estratégias de Educação para Todos. Pelo facto deste evento ter sido realizado em Jomtien, recebeu o nome de Declaração de Jomtien.

Nesta declaração, fez-se referência que apesar dos convénios feitos e esforços de cada país, o número de pessoas fora do sistema era bastante elevado e por isso houve a necessidade de lembrar o objectivo último da Declaração Mundial sobre a Educação para Todos que é de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos.

O esforço de longo prazo para a consecução deste objectivo pode ser sustentado de forma mais eficaz, uma vez estabelecidos os objectivos intermediários e medidos os progressos realizados. Autoridades competentes, ao nível nacional e local, podem tomar a seu cargo o estabelecimento desses objectivos intermediários, levando em consideração tanto os objectivos da Declaração quanto as metas e prioridades gerais do desenvolvimento nacional.

Declaração de Salamanca

Declaração de Salamanca é um documento que resultou das decisões do encontro que as nações tiveram em 1994, em Salamanca na Espanha. Esta reunião para além de vários pontos de agenda, centrou também na educação da pessoa com deficiência. Nesta altura, a denominação mais usada era e pessoa portadora de deficiência ao invés de pessoa com deficiência usada actualmente. E neste encontro foi proclamado que:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efectiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Com estas declarações, convénios a nível internacional todas as nações incluindo Moçambique em particular começaram a promover e expandir a educação para todos incluindo a questão da educação sem discriminação das classes e também começaram a se preocupar em tornar as suas escolas mais inclusivas.

A nível Nacional

Para a materialização de vários instrumentos (leis) internacionais que Moçambique é signatário, foram aprovados um conjunto de instrumentos que permitissem a operacionalização a nível nacional dos instrumentos internacionais como um compromisso conjunto que Moçambique assumiu no desenvolvimento das acções de educação e inclusão da pessoa com deficiência. Dentre vários instrumentos para a operacionalização das acções de inclusão educativa da pessoa com deficiência, destacam - se os seguintes:

- **Constituição da República;**
- **Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE)**
- **Estratégia de educação inclusiva e desenvolvimento da criança com deficiência (EEIDCD)**

Constituição da República

A Constituição da República de Moçambique de 2004 e de 2018, no seu artigo 125, reforça a necessidade de criar condições que melhorem a situação da pessoa com deficiência, onde está escrito o seguinte:

- 1- Os portadores de deficiência têm direito a especial protecção da família, da sociedade e do Estado.
- 2- O Estado promove a criação de condições para a aprendizagem e desenvolvimento da língua de sinais.
- 3- O Estado promove a criação de condições necessárias para a integração económica e social dos cidadãos portadores de deficiência.
- 4- O Estado promove, em cooperação com as associações de portadores de deficiência e entidades privadas, uma política que garanta: a) a reabilitação e integração dos portadores de deficiência; b) a criação de condições tendentes a evitar o seu isolamento e a marginalização social; c) a prioridade de atendimento dos cidadãos portadores de deficiência pelos serviços públicos e privados; d) a facilidade de acesso a locais públicos.
- 5- O Estado encoraja a criação de associações de portadores de deficiência.

Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE)

Em Moçambique já tivemos várias leis do SNE de Educação, nomeadamente, a lei 4/83, a lei 6/92 e a lei 18/2018.

Lei 6/92 do SNE

A lei 6/92 é a lei que substituiu a lei 4/83 do SNE. Nesta lei, o assunto da deficiência ganhou espaço como refere o seu artigo 29 que preconiza em relação a Educação Especial, o seguinte:

1 O ensino especial consiste na educação de crianças e jovens com deficiências físicas, sensoriais e mentais ou de difícil enquadramento escolar e realiza - se de princípio através de classes especiais dentro das escolas regulares;

2 Crianças com múltiplas deficiências graves ou com atraso mental profundo deverão receber uma educação adaptada às suas capacidades através do ensino extra-escolar.

3 É objectivo do ensino especial proporcionar uma formação em todos os graus de ensino e a capacitação vocacional que permita a integração destas crianças e jovens em escolas regulares, na sociedade e na vida laboral.

4 O ensino especial é tutelado pelo Ministério da Educação em conjunto com o Ministério da Saúde e a Secretaria de Estado da Acção Social, a quem compete estabelecer as normas, apoiar e fiscalizar o seu cumprimento, definir os critérios para a abertura, funcionamento e encerramento dos estabelecimentos de ensino especial e escolas regulares.

Lei 18/2018 do SNE

Esta lei substituiu a lei 6/92 do SNE. Esta nova lei, a 18/2018, no seu artigo 18, diz o seguinte:

Artigo 18

- 1.** A Educação Especial é um conjunto de serviços pedagógicos educativos, transversais a todos os subsistemas de educação, de apoio e facilitação da aprendizagem de todo o aluno, incluindo daquele que tem necessidades educativas especiais de natureza física, sensorial, mental múltiplas e outras, com base nas suas características individuais com o fim de maximizar o seu potencial.
- 2.** É objectivo da educação especial proporcionar à criança, jovem e adulto uma formação em todos os subsistemas de educação e a capacitação vocacional que permita a sua integração na sociedade, na vida laboral e na continuação de estudos.
- 3.** O ensino da criança, do jovem e do adulto com necessidades educativas especiais realiza-se em escolas regulares e em escolas de educação especial.

Estratégia de educação inclusiva e desenvolvimento da criança com deficiência (EEIDCD)

Como forma de garantir a implementação de acções de educação inclusiva, no dia 3 de Dezembro de 2021, por sinal a data em que se celebra o dia internacional da pessoa com deficiência, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano de Moçambique e parceiros lançou a estratégia de educação inclusiva e desenvolvimento da criança com deficiência 2020-2029. Este instrumento, foi concebida para aumentar o acesso e a retenção de crianças com deficiência e ou necessidades educativas especiais no sistema educativo.

Importa sublinhar que Moçambique iniciou pela primeira vez em 1998 uma actividade em turmas inclusivas com 11 escolas piloto a nível de todo o país.

Notas:

“Pode-se perceber que é muito vasto falar de educação inclusiva, e sobre os dispositivos que a norteiam e legalizam. Cá em nosso país podemos verificar que em alguns documentos ainda se usam termos como educação especial, portador de deficiência e em outros já estão mais actualizados. Faz-se saber ainda que para além dos que cá foram mencionados existem os seguintes: Plano Estratégico do Sector da Educação, Estratégia do ensino secundário geral (2009-2015), Plano Curricular do Ensino Secundário: documento orientador, Plano Estratégico da Educação (2020-2029), por uma educação inclusiva, patriótica e de qualidade, Plano Estratégico (2015-2019). Movimento de Educação para Todos. O Decreto 53/2008, de 30 de Dezembro, por sua vez, aprova o Regulamento de Construção e Manutenção dos Dispositivos Técnicos de Acessibilidade, Circulação e Utilização dos Sistemas dos Serviços Públicos à Pessoa Portadora de Deficiência ou de Mobilidade Condicionada, especificações técnicas e o uso do Símbolo Internacional de Acesso. O Plano Nacional de Acção para Deficiência (PNAD), que é um instrumento que indica as prioridades na área de deficiência e a Política de Acção Social.”



PARTE III



PROCEDIMENTO DIDÁTICO E METODOLÓGICO NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Nesta parte, vamos abordar sobre os procedimentos didácticos e orientações básicas que os professores podem usar no processo educativo. Estes procedimentos correspondem a duas dimensões: a dimensão escolar e familiar.

Dimensão escolar

Refere-se a um conjunto de procedimentos metodológicos que podem ser usados no Processo de Ensino - Aprendizagem de alunos com Necessidades Educativas Especiais ou seja, as estratégias educativas que são usadas no contexto escolar;

Dimensão familiar

Refere-se a um conjunto de procedimentos e estratégias que os pais e encarregados de educação ou outros cuidadores podem usar na educação da criança em contexto não escolar, incluindo a transmissão de valores e o acompanhamento nas actividades escolares do aluno.

Conhecimento da criança e seu ambiente

Quando falamos do trabalho educativo em crianças com deficiência, um dos requisitos básicos é o conhecimento desta criança e como ela aprende. Este processo nos leva a auto mobilização e transformação sobre a imagem que temos sobre esta criança. Para além desta necessidade de visão inclusiva no processo de aprendizagem, LANVIDAR (2014), mostra na necessidade de possuir um relatório que inclua informações sobre o diagnóstico, avaliação, descrição da criança e a situação actual da criança.

O Relatório de avaliação da Criança é fruto do trabalho da equipa multiprofissional com o professor, família, o psicólogo, o médico e outros profissionais. O relatório construído compreende os seguintes passos, nomeadamente:

- (i) Dados da observação do(a) professor(a) da criança;
- (ii) Dados da observação da família da criança;

- (iii) Observação directa e indirecta por parte da equipa especializada;
- (iv) Aplicação de provas psicopedagógicas (anexo A);
- (v) Avaliação médica, caso seja necessário;
- (vi) Reunião conjunta dos diferentes profissionais, pareceres dos mesmos sobre a orientação educacional da criança.

O relatório que nasce deste processo destina-se ao professor ou professora no seu trabalho diário com o aluno ou aluna e na interacção com a família da criança, na sua planificação das aulas e em todos os processos educativos relacionados com o desenvolvimento da criança. Para um bom resultado no trabalho em crianças com Necessidades Educativas Especiais é importante o uso da dinâmica grupal na sala de aulas. Vamos dar um exemplo de como o Professor pode trabalhar com a dinâmica grupal na sala de aulas atendendo as particularidades e especificidades de cada criança de uma turma inclusiva.

O professor após ter o relatório sobre a situação da criança, adopta a metodologia inclusiva de Dinâmica grupal em sala de aulas procedendo da seguinte maneira:

Primeiro

Introduz o assunto que se pretende aprender;

Segundo

O professor forma grupos operativos e, distribui estudo dirigido, isto é, cada grupo, terá uma actividade por fazer elaborada pelo(a) professor(a);

Terceiro

O professor realiza visitas para cada grupo de modo a estimular a participação de todos os alunos;

Quarto

As dúvidas que os grupos forem apresentar, o(a) professor(a) clarifica para todos os alunos, isto é, explica todo o assunto que apresenta dúvidas reais.

Esta abordagem fundamenta-se na hipótese de que, quem trabalha, é o aluno que aprende. Mas também, apoia-se no princípio de LANVIDAR (2014), segundo o qual, toda criança com Necessidade Educativa Especial, ela aprende fazendo.

O autor sustenta ainda que, a educação inclusiva na sua maioria globaliza-se partindo das actividades. Portanto, para o autor, a actividade é a forma mais eficaz de globalização, já que muitas crianças com necessidades educativas especiais “só aprendem fazendo”, por isso, será necessário pôr a intenção de aprendizagem global nas actividades.

A nossa abordagem de Dinâmica Grupal em Sala de Aulas dá atenção às actividades, porque, está claro, de acordo com o desenvolvimento da psicologia evolutiva que a criança aprende melhor fazendo, daí deriva a utilização de actividades quando falamos da educação inclusiva, ou educação na diversidade.

Na sequência de conhecimento da criança e seu ambiente, o(a) professor(a), inicialmente, na ausência de outros profissionais, fará uma observação sistemática da criança (vide o anexo B, o modelo de grelha de observação). A observação poderá durar vários dias, e inclusive, várias semanas, ou seja, vai depender do grau e variedade das dificuldades ou deficiências da criança.

Os instrumentos (técnicas) mais frequentes utilizados pelos diferentes profissionais, em sua tarefa de identificação (avaliação), têm sido os seguintes:

Observação

Observação é fundamental e, as provas posteriores, com frequência, pela nossa experiência, são somente recursos para assegurar o que já se sabe pela observação ou para precisar, de acordo com LAN-VIDAR (2014), de forma quantitativa e estatística, as condições. Os guias de observação podem variar.

A entrevista

Para recolher dados importantes junto com os pais do(a) aluno(a), será necessário aplicar a entrevista, o que se considera, a técnica mais eficaz. Para além de pais, a mesma é ou pode ser aplicada aos professores do aluno, se os têm (no caso da criança que já vinha frequentando a escola), e com aqueles que têm um contacto contínuo ou directo, frequente com a criança.

Tipos de Necessidades Especiais (Deficiência)

As necessidades especiais ou simplesmente deficiências, na sua maioria são várias, mas pretendemos destacar algumas delas, as mais conhecidas, comumente, temos deficiências;

- (i) **Físico-motoras;**
- (ii) **Perceptivas (auditivas, visuais);**
- (iii) **Deficiências mentais**



Físico-motoras

Relativamente as deficiências físico - motoras, refere-se aos indivíduos cujo funcionamento de um ou mais segmentos do corpo humano apresenta alteração e, esta alteração pode ser completa ou parcial. Portanto, este segmento acarreta o funcionamento da função físico - motor. As alterações físicas apresentam diferentes formas que são:

Paraplegia e Paraparesia

perda total ou parcial das funções motoras dos membros

Amputação ou ausência de membro

perda total ou parcial de um determinado membro, que pode ser perna, braço, orelha, nariz, dedo(s)

Triplegia e triparésia

perda total ou parcial das funções motoras em três membros

Monoplegia e Monoparesia

perda total ou parcial das funções motoras de um membro, que pode ser superior ou inferior respectivamente

Hemiplegia e hemiparesia

perda total ou parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo, que pode ser direito ou esquerdo

Tetraplegia e Tetraparesia

perda total ou parcial das funções dos membros superiores e inferiores respectivamente

Membros com deformidades congênita ou adquirida

Paralisia cerebral

refere-se lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, com consequências na alteração normal psicomotor.

A mesma pode, assim como não, causar deficiência mental

Deficiências físico-motoras e suas implicações pedagógicas

A deficiência física motora pode ser definida como as diversificadas condições motoras que acometem as pessoas comprometendo a mobilidade, a coordenação motora geral e da fala, em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou más formações congénitas ou adquiridas (MEC,2004). Mas a mesma pode ser também definida como sendo, de acordo com Fonseca (2000):

“Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paralisia, paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congénita ou adquirida, excepto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções”

Implicações pedagógicas da Deficiência Físico-Motora

De forma geral, a deficiência físico-motora, de acordo com os membros acometidos, pode-se assistir diferentes implicações pedagógicas. Em consequência neurológicas, vários alunos podem manifestar limitações na fala e linguagem, no pensamento, memória e atenção, pois estas funções superiores da mente, são tidas segundo Vygosty como sendo pré-requisitos para uma aprendizagem de conteúdos escolares, o que de facto, com a alteração de funcionamento normal destas funções, o aluno poderá apresentar dificuldades de aprendizagem.

Como por exemplo, o distúrbio de pensamento está relacionado com a deficiência física e, a mesma, acarreta dificuldades de aprendizagem nas operações cognitivas de formação de conceitos, solução de problemas e associação de ideias.

Relativamente às falhas na memória, estas podem ser de tipo falhas da memória visual e ou auditiva, portanto, o aluno apresenta dificuldades de se lembrar o que foi visto ou ouvido, o que leva as mesmas a apresentar problemas acentuados de memória e, especificamente, demonstram muitas limitações para aprender a ler por meio de um método que se baseia na aparência visual ou auditiva da palavra. Portanto, se são das classes iniciais, pode de alguma forma interferir na alfabetização por método grafo - fônico, mas também se estende no desenvolvimento da linguagem oral.

Deficiências perceptivas de tipo auditivas



Este tipo de deficiência, abrange desde uma ligeira perda de som até à surdez total. De qualquer das formas, elas têm um impacto directo com o processo de aprendizagem do aluno. Nessa sessão, definimos o conceito de deficiência auditiva e, desenvolvemos os cuidados a ter com pessoas com este tipo de deficiência, especificamente no campo educacional.

Pela definição, quando se fala da deficiência auditiva, de acordo com RODRIGUES (2017), essa consiste na perda parcial ou total da capacidade de detectar sons, causada por uma má formação (genética), lesão na orelha ou na composição do aparelho auditivo. Sendo ela parcial ou total, quando se trata de um aluno com esta alteração da função auditiva, os professores deverão sempre que possível, desempenhar um papel crucial que promova a inclusão destes.



Sinais de alerta face ao aluno com deficiência auditiva na sala de aulas

Um(a) professor(a) pode suspeitar que um(a) aluno(a) pode ter problemas com a sua capacidade auditiva se este(a):

- I** Com frequência não responde se o(a) chama, independentemente da distância. Alias, quando numa distância de pelo menos 2m, um(a) aluno sem deficiência auditiva, percebe, ouve e percebe claramente que foi chamado, um(a) aluno(a) com alguma alteração de funcionamento auditivo, pode com muitas dificuldades ouvir ou não mesmo ouvir nada, isto é, o que se pode ouvir a 2m, este grupo pode ouvir a 1m ou abaixo disso;
- II** Com frequência não consegue falar correctamente. Deve-se apurar para determinar se são problemas de falha na audição ou são dificuldades relacionadas com falhas no desenvolvimento do sistema linguístico;
- III** Com frequência, não segue instruções, não compreende as tarefas e não reage às perguntas ou as falas durante o decurso das aulas;
- IV** Quando ele(a) pede com frequência, que se repita uma palavra ou frase;
- V** Quando com frequência, vira ou inclina a cabeça para um lado com intenção de captar melhor os sons;
- VI** Ambientes ruidosos, quando é chamado não responde.





Deficiência auditiva pode afastar o aluno da educação

Os professores e gestores escolares, devem prestar muita atenção a vários factores que podem concorrer para que a deficiência exclua o aluno da educação. A nota abaixo, pode claramente despertar aos professores nas suas relações e interações com os diferentes alunos e, ainda mais, pode de forma clara, inferir aos professores sobre determinadas acções que podem levar os alunos com deficiência para fora do sistema educativo.

Atitudes do(a) professor(a) na inclusão escolar de aluno(a) com deficiência auditiva

Atitudes do(a) professor(a) no ambiente escolar:

- ◆ Pedir aos pais ou outros membros que convivem com o(a) aluno(a) que lhe digam os principais sinais e gestos com os quais se comunicam em casa e, como sugestão, o(a) deve usar os mesmos sinais e mobilize os demais alunos a usar os mesmos, de modo que este(a), não fique confusa;
- ◆ A turma deve ser sensibilizada de modo que aprenda e tenha domínio básico da linguagem gestual ;
- ◆ Identificar algumas pessoas com problemas de audição dentro da comunidade com domínio na língua de sinais, de modo que lhe ensinem;
- ◆ Ensine aos demais alunos na escola para que possam se comunicar durante o intervalo, no recreio, no campo de jogos, na sala de aulas e durante a caminhada de casa para escola e de escola para casa;
- ◆ Evitar que no ambiente escolar com frequência se registre barulho em excesso.



Atitudes do(a) professor(a) na sala de aulas:

- ◆ Certificar-se sempre que, onde o(a) aluno(a) com deficiência auditiva está sentado, tem luz suficiente que lhe permita ver os movimentos e expressões faciais;
- ◆ Não estar perto de uma janela ou porta onde o seu rosto pareça escuro e isso torna muito difícil para o(a) aluno(a) fazer uma leitura labial enquanto fala-se;
- ◆ Pode se desistir o modelo tradicional de arrumação de carteiras dentro da sala de aulas, adoptar, sempre que possível, o formato circular. O modelo tradicional exclui o aluno com problemas auditivos, quando este pretende fazer leitura labial de um(a) aluno(a) que esteja a comentar algum conteúdo da aula. Portanto, o modelo circular, permite com que este grupo, possa ter acesso aos rostos de todos e fazer a leitura labial.

Atitudes inclusivas entre os alunos:

O(a) professor(a) sempre deve certificar se o(a) aluno(a) tem grupo de amigos que lhe são úteis e se não se sente excluído no meio deles;

Crie o que denominamos de grupos de agentes inclusivos ou simplesmente agentes de inclusão do dia.

Didacticamente, o(a) professor deve, pela inclusão destes (as) alunos (as) proceder no seguinte:

- (i) Pelo facto deste grupo perder muita informação, o(a) professora deve sempre chamar atenção ao aluno com deficiência auditiva;
- (ii) Repetir o que os outros alunos falaram ou comentaram ou mesmo as perguntas que estes podem colocar, principalmente às falas daqueles que se encontram mais distante deste;
- (iii) Encorajar com frequência aos alunos com deficiência auditiva, que sempre olhem o seu rosto de modo que leia as informações emitidas;

- (iv)** Ao se comunicar, sempre use gestos, expressões faciais e linguagem corporal;
- (v)** Sempre manter o contacto visual diante do aluno com deficiência auditiva;
- (vi)** Não tapar a boca sempre que falar;
- (vii)** O(a) professor(a) não pode ter hábito de mastigar pastilha quando estiver diante de um aluno com deficiência auditiva;
- (viii)** Sempre que for possível, use imagens ou objectos que auxiliem a sua locução;
- (ix)** Sempre escreva instruções no quadro ou no caderno do aluno (caso o aluno tenha habilidades de leituras);
- (x)** Sempre falar de forma clara e num nível de ruído normal;
- (xi)** Sempre evitar distribuir alguma coisa dentro da sala de aulas enquanto fala, pois, o aluno com deficiência auditiva sempre deve fazer a leitura labial de quem fala.



Deficiências perceptivas de tipo Visual

Os graus de visão abrangem um amplo espectro de possibilidades: desde a cegueira total, até a visão perfeita, também total. A expressão deficiência visual se refere ao espectro que vai da cegueira até a visão subnormal. E chama-se visão subnormal (ou baixa visão, como preferem alguns especialistas) à alteração da capacidade funcional decorrente de factores como rebaixamento significativo da acuidade visual, redução importante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes e limitação de outras capacidades.

Sinais de alerta da deficiência visual

Todos os indivíduos com o comprometimento da capacidade visual apresentam alguns sinais de alerta, principalmente àqueles cuja capacidade visual não é total. Alguns dos sinais podem ser:

- (i) Sempre que estiverem em sítios muito claros, colocam às suas mãos por cima das vistas, como forma de reduzir a claridade e aumentar o escuro de modo que consigam ver com base na pouca sua capacidade visual;
- (ii) Com frequência esfregam as suas vistas;
- (iii) Com frequência lacrimejam;
- (iv) Sentem irritabilidade quando os raios solares incidem com muita frequência;
- (v) Sempre que estiverem distantes do quadro, fazem a questão de prestar com muita atenção como forma de querer descodificar nitidamente a informação que está escrita no quadro.



A deficiência perceptiva visual pode afastar o aluno da educação

Os alunos com deficiência visual, por serem sempre dependentes, alguns deles e, outros, por serem dependentes parcialmente, pela sua interpretação dessa forma relacional, podem afastarem-se da educação. Aliás, a mesma deficiência, por terem dificuldades na aprendizagem do alfabeto, no desenvolvimento da sua linguagem oral e, pelo empobrecimento do desenvolvimento dos conceitos, isso pode influenciar o aluno a se afastar da escola. Eis a importância da família e da sociedade.

Importância da família e da sociedade na educação de aluno com deficiência visual

A participação da família é fundamental para todo o processo de atendimento à criança com deficiência visual. Os pais precisam entender as dificuldades do filho que tenha deficiência visual, comunicando-se com ele por uma atitude positiva diante dos desafios impostos pela deficiência.

Os pais devem colaborar para uma inclusão positiva do seu filho na escola. Cabe a eles fornecer informações a respeito das condições visuais (se é deficiência visual total ou parcial), como é que faz o uso da sua capacidade visual.

Os seus colegas da turma devem ser informados para que, diariamente, saibam lidar com as limitações deste.

A escola consistirá em apoiar, orientar e dar suporte à família deste aluno, para que esta aprenda a lidar adequadamente com sua criança, pois é com ela que se dá a melhor convivência.

Atitudes do(a) professor(a) na inclusão escolar de aluno(a) com deficiência visual

Encoraja-se que os professores usem estratégias que possam contribuir na inclusão que podem ser as seguintes:

Atitudes do Professor(a) no ambiente escolar:

- ◆ Em contacto permanente com os pais destes, para ter informações relacionadas com a forma como ele se comporta em casa e, sempre conversar com o aluno, caso ele seja adulto, para revelar alguns hábitos e, agir com base nisso;

- ◆ Mobilizar de forma constante, os colegas da turma de modo que, facilitem a mobilidade do aluno. Isso possibilita a ele na exploração do meio ambiente;

- ◆ Certifique-se de que as janelas não estão completamente abertas para fora ou dentro da sala de aulas.

Atitudes do Professor(a) na sala de aulas:

- ◆ O professor deve pautar por respeito às necessidades dos alunos e, sempre que for possível, atender de forma individualizada;
- ◆ Evitar escrever letras muito pequenas no quadro, de modo que os alunos que se encontram no fundo da sala, possam descodificar o que escreveu;
- ◆ Sempre que for possível, trazer objectos palpáveis para quando estiver a dar exemplos, estes alunos com visão reduzida, consigam perceber através do tacto.

Atitudes inclusivas entre os alunos:

- ◆ O professor deve sempre incentivar aos alunos que estão mais próximo do aluno com deficiência visual, que sempre que o outro tiver dificuldades de ver o que está no quadro, que mostrem os seus cadernos para que eles possam copiar;
- ◆ Colaborarem nas actividades grupais e envolver o aluno com deficiência como líder do grupo;
- ◆ Caminharem juntos para casa e de casa para escola sempre que for possível, principalmente aqueles que são vizinhos.

Didacticamente, o(a) professor(a) deve, pela inclusão destes(as) alunos(as):

- ◆ Sempre perguntar ao aluno com deficiência visual, sobre o lugar de preferência em que pode sentar. Quando o professor pergunta, isso não significa que os outros sentirão-se menosprezados por completo, mas é uma forma de demonstração e aproximação aos alunos;
- ◆ A sala sempre deve estar bem arrumada e, se houver mudança na arrumação, o aluno com deficiência visual deve ser comunicado sobre a posição da secretária do professor e das carteiras. Isso tudo permitirá ter ideia sobre as mudanças de exploração do ambiente da sala de aulas;

- ◆ Sempre a sala de aulas deve estar bem limpa, isto é, nenhum aluno deve deixar sua pasta nos corredores entre carteiras. Isso poderá dificultar a livre circulação do aluno com deficiência na sala. Lembra-se que muitos indivíduos com problema visuais, tem uma excessiva desconfiança e, como consequência, adoptam um recurso, que é não deslocação;
- ◆ Certifique-se sempre que for possível, sobre onde este grupo está sentado na sala de aulas, o brilho do sol poderá de forma prática, deixá-los mais incomodados. Isso acontece com muita frequência nas salas de aulas em que as janelas têm uma parte de vidro e, quando os raios solares incidem, dificulta cada vez mais.

Síndrome de Down pode excluir o aluno da educação

Também é designada por trissomia 21, é uma alteração cromossómica (cromossopatia) e essa alteração faz com que se determine características físicas e cause o atraso no desenvolvimento.

Síndrome de Down pode excluir o aluno da educação



Todas as crianças com Síndrome de Down apresentam determinadas características a serem consideradas no processo de ensino – aprendizagem visto que o desenvolvimento motor de crianças com Síndrome de Down apresenta um atraso significativo e, na sua maioria, apresenta um nível de processamento muito lento, o que com frequência, sempre precisam de apoio e, até são capazes de perder a noção de tempo e de espaço, o que, com frequência temos notado que o seu comportamento exploratório apresenta com repetitividade comportamentos repetitivos, impulsivos e desorganizados.

Na área cognitiva, a deficiência mental tem sido considerada uma das características mais constantes de pessoas com Síndrome de Down. Alguns dos maiores atrasos têm sido na linguagem, o que, na sua maioria, a mesma deficiência pode, a partir do simples fato da sua leitura dos factos, construir uma realidade segundo a qual, o ir à escola não tem objectivo nenhum.

Sinais de alerta em alunos com Síndrome de Down

Toda criança com Síndrome de Down, apresenta os seguintes sinais de alerta:

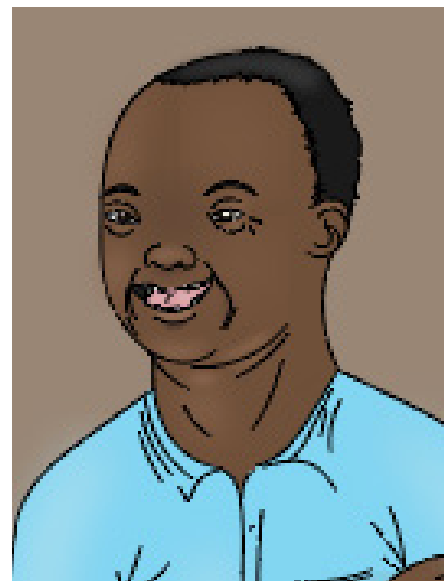
1. Olhos com fenda palpebral oblíqua;
2. Nariz com ponte nasal plana e pequeno;
3. Cabelo fino, liso e de implantação baixa;
4. Orelhas pequenas com lobo delicado e implantação baixa;
5. Em termos de desenvolvimento global apresenta déficite psicomotor e déficite intelectual.

Importância da família e da sociedade na educação de aluno com Síndrome de Down

As famílias com filhos que tenham síndrome de Down, devem colaborar com a escola em fornecer informações relacionadas com as suas potencialidades e fragilidades. Estamos a referir um aluno cujo acometimento do transtorno é ligeiro e não os profundos. A família deve, sempre que for possível, participar em actividades escolares para acompanhar o aproveitamento pedagógico do seu educando, deve se aproximar para perceber de forma integral a sua inserção e adaptação. A escola por sua vez deve saber orientar sobre como a família deve acompanhar a vida académica do seu educando.

Atitudes do(a) professor(a) na inclusão escolar de aluno(a) com Síndrome de Down

Independentemente das características que acabamos de apresentar, os professores sempre que for possível, devem demonstrar atitudes inclusivas nos seguintes contextos: ambiente escolar, sala de aulas e na relação entre colegas, quer no ambiente escolar, assim como na sala de aulas, o professor deve prestar atenção e intervir prontamente sempre que notar que as relações tendem a ser de carácter excludente.



Atitudes do(a) professor no ambiente escolar:

Conhecendo as principais características que podem interferir no processo de aprendizagem da criança, que são, a memória, a atenção, linguagem em atraso e intelectualmente comprometidos, o professor deve rever as suas planificações, a maneira como executa as aulas e, acima de tudo, deve sempre que for possível, criar o que chamamos de grupo de agentes inclusivos do dia.

Estas características comprometidas, comprometem por sua vez o envolvimento deste aluno em tarefas e na sua maneira de explorar o meio, os conteúdos e a capacidade de sempre prestar aos estímulos relevantes.

Portanto, os professores sempre devem aconselhar os pais cujas crianças têm síndrome de Down, em:

I

Matricular sempre que for possível nas escolas mais próximas, pois a capacidade de consciência espacial e temporal é muito comprometida;

II

Criar ambientes mais acolhedores e multicoloridos para reforçar a atenção destes alunos.

Atitudes do(a) professor(a) na sala de aulas:

Na sala de aulas, os professores devem, sempre que possível:

- ◆ Envolvê-los em grupos para participarem nas actividades, pois quanto mais se relaciona com pessoas da mesma idade, mais preocupação terão em querer atingir o mesmo estágio de desenvolvimento das outras crianças;
- ◆ Certifique-se que as salas de aulas são coloridas. O gestor escolar ao receber estes alunos, deve criar condições para o efeito;
- ◆ A planificação das aulas deve contemplar este grupo alvo, pois a prática demonstra que, o processo de ensino - aprendizagem destes alunos tem sido problemático;
- ◆ As actividades devem ser fragmentadas em metas e em acções e, sempre submetê-los a prática.

Atitudes inclusivas entre os alunos:

Entre colegas no recinto escolar e sala de aulas, a atitude inclusiva envolve:

- ◆ Acompanhar sempre sobre o que o outro deseja e que não é capaz de fazer e, ajudar-lhe;
- ◆ Evitar bullying para com o outro pelo aspecto físico que apresenta;
- ◆ Respeitar as limitações deste na fala, no processamento da informação e na velocidade em responder as questões colocadas pelo professor e pelos colegas;
- ◆ Sempre fazer-lhe companhia, não excluir;
- ◆ Sempre evitar falar sobre deficiências.

Didacticamente, o(a) professor deve, pela inclusão destes (as) alunos(as) proceder no seguinte:

O professor, consciente que este aluno tem um nível de se concentrar diferente dos demais, tem uma forma de processar a informação dos demais e, tem um ritmo de aprendizagem muito lento dos demais, este deverá, de forma inclusiva;

- ◆ Planificar de forma inclusiva, onde dará mais ênfase nas actividades práticas, porque o nível de concentração deste, não é o mesmo dos demais;
- ◆ Prestar atenção em situações que facilmente lhe enerva;
- ◆ Falar num tom de voz que abrange a ele, porque também a sua capacidade auditiva pode estar comprometida;
- ◆ Os objectivos dos conteúdos devem estar devidamente fragmentados para que estes acompanhem o decurso da aula.

Autismo

A definição encontrada no DSM-IV (2002) é que o Transtorno Autista consiste na presença de um desenvolvimento comprometido ou acentuadamente anormal da interação social e da comunicação e um repertório muito restrito de actividades e interesses. As manifestações do transtorno variam intensamente, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo.



Sinais de alerta

Crianças com transtorno de autismo apresentam sinais de alertas como as que abaixo apresentamos:

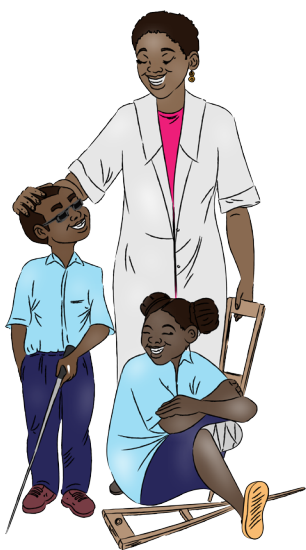
- ◆ Ausência de habilidades de comunicação social antes dos dois anos de idade;
- ◆ Desenvolvimento rápido da linguagem, porém regressão das habilidades de linguagem;
- ◆ Falta de interesse nos outros, falta de empatia, resiliência a mudanças e interesses restritos durante quase todo o ano;
- ◆ Ausência da fala;
- ◆ Não diz tchau, não tem hábito de imitar o que os outros fazem.

A importância da família na inclusão de crianças autistas



Diante de uma criança com transtorno de autismo, os pais ou a família é de grande importância de modo que, pelas limitações deste, eles saibam fielmente fornecer informações relativas as rotinas diárias deste e, as limitações ou as potencialidades deste. Isto é, o que a criança sabe e o que não sabe fazer. A escola também por sua vez, pode dar orientações, diretrizes para que a criança em casa prossiga com as aprendizagens para o desenvolvimento integral das áreas comprometidas pelo transtorno.

Autismo como pode excluir o aluno da educação



Todas as crianças com autismo, que é, um distúrbio de desenvolvimento, caracterizado por alterações presentes, desde a idade precoce. As mesmas crianças apresentam características típicas tais como. Comunicação, interação social, aprendizado e a capacidade de adaptação. Por não possuir capacidades socialmente aprovadas no âmbito relacional, muitas vezes, se não com frequência, esse distúrbio de desenvolvimento pode, permitir que a criança se afaste da educação.

Atitudes do(a) professor(a) na inclusão escolar de aluno(a) Autista

Atitudes do(a) professor no ambiente escolar:

Os professores devem primeiro, conhecer as principais áreas que foram comprometidas em crianças autistas e, determinar em que medida as mesmas, comprometem directamente o processo de aprendizagem deste grupo.

Assim sendo, os professores, devem manifestar atitudes inclusivas no ambiente escolar, como por exemplo:

- ◆ Por saber que quase não falam, o ambiente escolar deve ser chamativo, isto é, colorir e, essa prática desperta a atenção dos mesmo, deve a semelhança das crianças com síndrome de Down, tornar a sala multicolorida;
- ◆ Sensibilizar a comunidade escolar a participar na criação de ambientes interativos e estimulantes em termos reflexivos.



Atitudes do(a) professor(a) na sala de aulas:

Relativamente as atitudes que se reflecte pela prática, os professores deverão comportar-se de forma inclusiva, como por exemplo:

- ◆ Na sala de aulas, sempre criar grupos de inclusão escolar do dia;
- ◆ As salas de aulas colorir-las. Essa prática não requer muitos custos, o professor pode combinar com os demais alunos que, cada um traga o que tiver, desde que seja algo colorido e criar uma vitrina dentro da sala de aulas para colar os seus desenhos;
- ◆ Promover sempre, as dinâmicas interativas entre alunos, alunos-professor;
- ◆ Planificar pela diversidade.

Atitudes inclusivas entre os alunos:

Na sala de aulas, os colegas deste, devem pautar por uma atitude acolhedora e inclusiva e, na prática deve proceder da seguinte forma:

- ◆ Não forçar para que o outro fale, porque estes podem não perceber o porquê destas limitações;
- ◆ Ter paciência de sempre estar ao lado dele e demonstrar o que deve e estão a fazer dentro da sala de aulas;
- ◆ Evitar que ele se isole e, sempre estimular a fala, a interação;
- ◆ Sempre acompanhar de casa para escola e, de escola para casa;

Didacticamente, o(a) professor deve, pela inclusão destes (as) alunos(as) proceder no seguinte:

Os professores devem, pela prática agir no seguinte durante a leccionação das suas aulas:

- ◆ Tornar a sala sempre que possível, multicolorida para estimular a este grupo de alunos;
- ◆ Tornar as actividades de aprendizagem mais interactivas para estimular o desenvolvimento das habilidades de relacionamento interpessoal e da fala;
- ◆ Priorizar actividades e não a fala, pois estes só pronunciam palavras sempre que quiserem;
- ◆ Evitar forçar que o aluno se expresse verbalmente.

Transtorno de Déficit de Atenção Associado com ou sem Hiperactividade

Várias crianças manifestam sintomas ou sinais de Transtorno de Déficit de Atenção Associado com ou sem Hiperactividade. Este é definido como sendo um transtorno neurobiológico de causas genéticas, caracterizado por sintomas como falta de atenção, inquietação e impulsividade. Aparece na infância e pode acompanhar o indivíduo por toda a vida.

Mas também pode ser definido como sendo um síndrome de desatenção, hiperactividade e impulsividade. Há três tipos de TDAH, os que são predominantemente desatentos, hiperactivos/impulsivos e combinados.

Como pode excluir o aluno da educação?

O transtorno em causa pode sim excluir o aluno da educação, pelo facto de, ser um aluno cujos demais colegas sempre reclamam por ele, incluindo o professor. Cria situações que, de alguma forma, pode levar muitos pais a reunir-se com a direcção, pelo facto deste, ferir outros alunos e quebrar material escolar dos outros.

Outro elemento, está relacionado com o facto de estes alunos, não ter atenção dentro de normalidade, a memória e atenção está comprometida devido às limitações em compreender conteúdos escolares e a aprenderem nas mesmas proporções com os demais.

Sinais de alerta

Muitos alunos com TDAH, manifestam os seguintes sinais de alerta:

- (i) Apresentam pelo menos uma inteligência média;
- (ii) Apresentam uma desatenção exagerada;
- (iii) Hiperactividade-impulsividade

Como TDAH pode afastar o aluno da Educação

As crianças com TDAH são por natureza irrequietas e, pela sua natureza, sentem-se mais excluídos. Assim sendo, podem de alguma forma perceber que estão fora e não são queridas. Devido as chamadas de atenção por parte dos colegas da mesma idade, e as chamadas constantes das pessoas mais velhas, esse ambiente torna frustrante e, desejam se afastar dos demais. Portanto, o transtorno em si não exclui a criança da educação, mas sim a interpretação que esta faz das situações criadas pelos demais.

Atitudes do(a) professor(a) na inclusão escolar de aluno(a) com TDAH

Atitudes do(a) professor no ambiente escolar:

No ambiente escolar, os professores ou a direção pode sempre que for preciso, pautar-se pelas seguintes atitudes práticas;

- ◆ Se forem alunos que pouco sabem ler, em todo o pátio escolar deve existir escritas tais como, faz TPC e depois tome o seu lance, termine as actividades e depois poderá sair do recinto escolar,
- ◆ Reduzir o máximo possível de ambientes ruidosos;
- ◆ Reduzir o máximo possível situações que incentivam brincar.

Atitudes do(a) professor(a) na sala de aulas:

Na sala de aulas, sempre devem pautar por atitudes que, influenciam aos demais na promoção da inclusão, tais como:

- ◆ Colar cartões com escrita: apoiem-se meninos, nem sempre são iguais;
- ◆ Respeite o outro como ele é;
- ◆ Sempre que for possível, deixe-os em lugares cujos amigos são tolerantes as frustrações;
- ◆ As actividades devem ter um tempo muito reduzido para corresponder com a sua capacidade de concentração;
- ◆ Falar de modo acolhedor e não críticas e repreender os alunos com défice de atenção;
- ◆ Sempre dar força e colocá-los sempre em grupos incluindo alunos com défice de atenção associado a hipoactividade.

Atitudes inclusivas entre os alunos:

- ◆ Entre alunos, deve haver maior ponderação pelos comportamentos de um e do outro;
- ◆ Evitar gritar quando o outro interfere enquanto ele está atento nas aulas;
- ◆ Evitar criticar o outro ou insultar mesmo que ele prove que perturbe o decurso de sua aprendizagem;
- ◆ Ajudar sempre que for possível, nas actividades dadas pelos professores dentro da sala de aulas.

Didacticamente, o(a) professor deve, pela inclusão destes (as) alunos(as) proceder no seguinte:

- ◆ Nas suas aulas, sempre os professores devem dar orientações por escrito e deixar na carteira do aluno se for um que já sabe ler;
- ◆ Na aula é necessário optar por actividades práticas por motivos da problemática da atenção reduzida deste aluno;
- ◆ Sempre deve ocupar este grupo assim que estiver no pátio escolar para evitar que, os mesmos despistem-se dos objectivos educacionais;
- ◆ Orientar os Pais e encarregados de educação para que em casa possam ocupar as crianças com actividades de aprendizagem e de lazer;

Modelos de inclusão

No processo de inclusão, existem dois modelos, nomeadamente: o modelo social e o modelo tradicional.

No processo de inclusão, deparamo-nos com alguns modelos de inclusão. Aliás, diríamos certas práticas, certas atitudes que a sociedade adota no processo de inclusão. Com este conteúdo, pretendemos que, os responsáveis na área de educação, pautem por um certo tipo de modelo que, pela sua natureza, tem um carácter inclusiva.

Os modelos que aqui discutimos, pretendem explicar as diferentes formas de como podemos ver a exclusão dos alunos da educação.

Na prática, a sociedade e, especificamente aos professores na sua maioria, vê os alunos com deficiência que de alguma forma são diferentes e, acabam rotulando os mesmos, pelo facto de não ter acesso ou atingir a realização das actividades dentro da sala de aulas.

Nessa sequência, o aluno é visto como sendo problemático. Essa visão que carrega um conjunto de preconceitos disfuncionais, não facilita a inclusão. Se a visão for esta, então em termos de atitudes os professores estariam a deixar o seguinte no processo de rotulação:

- (i) Os alunos com necessidades especiais ou necessidades educativas especiais não aprendem nada;
- (ii) Nós não somos professores adequados para atender os mesmos, por isso, melhor ir a uma escola onde há especialistas;
- (iii) Não podemos ajudar por ter necessidades especiais e nem temos material para o efeito;
- (iv) Não é nosso problema se o aluno não vai à escola;
- (v) Ele é diferente dos demais, por isso nem posso tê-lo como meu aluno.
- (vi) Reunião conjunta dos diferentes profissionais, pareceres dos mesmos sobre a orientação educacional da criança.

Estas e outras, são atitudes típicas de quem cuja visão é de que o problemático é o aluno e não a escola como um sistema. Portanto, essa é a visão tradicional.

Já na visão social, que é o modelo social, diz que o problemático não é o aluno, mas sim o sistema, porque o mesmo não está preparado para receber o aluno de acordo com as suas características físicas, intelectuais e emocionais.

Na prática, estes professores tanto como a sociedade, deve manifestar as seguintes atitudes:

- ◆ Os alunos com necessidades especiais ou necessidades educativas especiais podem aprender se nós como sistema nos transformamos;
- ◆ Nós podemos ser professores adequados para atender os mesmos, por isso, melhor receber a eles tal como eles são;
- ◆ Podemos ajudar por ter necessidades especiais e podemos encontrar material adaptado com apoio da comunidade;
- ◆ É também nosso problema se o aluno vai ou não à escola;
- ◆ Ele não é diferente dos demais, por isso podemos tê-lo como nosso aluno

Referências bibliográficas

- American Psychiatric Association (2013). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. 5ª EDIÇÃO DSM-5
- Boletim da República de Moçambique de 10 de Dezembro de 2004
- Boletim da República de Moçambique de 12 de Junho de 2018
- Boletim da Republica de Moçambique de 18 de Dezembro de 2018
- Boletim da Republica de Moçambique de 6 de Junho de 1992
- Declaração De Salamanca, 1994. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais
- Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos, 1990
- Dinis, Debora (2007) O que é deficiência? Editora Brasiliense
- LANVIDAR, Jésus Garrido (2014). Como Programar em Educação Especial. Editora Manole Dois.
- Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (2018). *Manual de Psicopedagogia – Formação de Professores do Ensino Primário e Educação de Adulto*
- Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano et all., (2020). *Incluindo Alunos com Necessidades Educativas Especiais*.
- Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano et all., (2020). Uma introdução a Educação Especial.
- Ministério da Educação, Cadernos da TV Escola, 2000. Deficiência Visual
- Ministério da Saúde, 2013, Directrizes de atenção a pessoa com Síndrome de Down

APÊNDICES

Apêndice 01: Guião de observação 1: despiste da capacidade perceptiva – audição

	Itens a ser observados	Escala de mensuração	
		SIM	NÃO
Dimensão 1: Discriminação de sons produzidos	Pelo(a) professor(a) cerca de 2m de distância ou mais.		
	Pelos(as) colegas na sala de aulas.		
	Pelos(as) colegas no pátio escolar.		
	Discrimina os sons de cachorro, gato, galinha, pato, pássaros, outros.		
	Discrimina os sons produzidos pela natureza (vento, trovoadas, chuva, ondas, águas, outros).		
	Discrimina sons produzidos pelo meio ambiente (carros, aviões, tratores).		
Dimensão 2: Discrimina intensidade de sons	Graves - agudos.		
	Fortes - fracos.		
	Longe - perto		
Dimensão 3: Localiza onde vem um som	Longe - perto		
	Direcção		
Dimensão 4: Reprodução de sons	Tonalidades musicais: fortes - fracos.		
	Canções.		

Apêndice 02: Guião de observação 1: despiste do Desenvolvimento verbal

	Itens a ser observados	Escala de mensuração	
		SIM	NÃO
Dimensão 1: Discrimina as pessoas por seu nome	Pai.		
	Mãe.		
	Irmãos.		
	Amigos.		
	Companheiros.		
	Professores e outros		
Dimensão 2: Reconhece objectos por seu nome	Reais		
	Em desenhos		
Dimensão 3: Atribui nomes a objectos	Reais		
	Desenhados		
Dimensão 4: Define palavras abstractas	Por seu uso		
	Por suas características		
Dimensão 5: Formação de família de palavras por critérios de semelhança de significado	Sabe sinónimo de palavras. Quais?		
	Sabe anónimos de palavras. Quais?		